

BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco CNH Industrial Capital S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Ss. as Demonstrações Financeiras referentes ao primeiro semestre de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem como missão a promoção de financiamentos que fomentem a venda de máquinas, equipamentos e veículos comerciais produzidos pelas empresas do Grupo CNH Industrial e de acordo com suas políticas de crédito. O Banco CNH Industrial Capital S.A., em atendimento às exigências das Resoluções do Conselho Monetário Nacional, de números 4.327, 3.380, 3.464, 3.721, 3.988, 4.090 do CMN, e Circular nº 3.678 do Banco Central do Brasil, implementou, após a aprovação pelo Board, as políticas institucionais e as estruturas de gerenciamento de riscos. Mais informações sobre o gerenciamento de riscos e capital, inclusive quanto ao Adicional de Capital Principal (ACP) e Razão de Alavancagem (RA), podem ser consultadas no site: www.cnhindustrialcapital.com. A seguir descrevemos um resumo de cada estrutura de risco:

A) Risco Socioambiental

Atendendo à Resolução nº 4.327 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. estabeleceu e o Conselho de Administração aprovou a Política de Responsabilidade Socioambiental contendo as diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação da instituição com suas partes interessadas. A política baseia-se nos princípios de proporcionalidade com a natureza da instituição, a complexidade das atividades, e considera também o grau de exposição ao risco socioambiental de suas atividades e operações. A estrutura de Governança da PRSA é composta por: a) Diretoria e Conselho de Administração; b) Comitê de Responsabilidade Socioambiental; c) Diretor responsável pela PRSA; e d) Área de gestão da PRSA.

B) Risco Operacional

Dentro dos princípios da Resolução nº 3.380 de 29/06/2006 do CMN, o Banco CNH Industrial Capital S.A. tem definida uma política e estrutura de gerenciamento de Riscos Operacionais (RO) aprovada pelo Conselho de Administração. A estrutura de RO consiste em: a) um comitê de Riscos Operacionais composto pela Diretoria, pelos responsáveis pela gestão de RO e pelos gestores de áreas operacionais; e b) uma área de gestão de RO que se subordina diretamente ao responsável por Controles Internos, ligada à Presidência. A estrutura formalizada na política prevê atendimento aos procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados a RO e prevê os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

Atendendo ainda ao Acordo de Basileia II o Banco CNH Industrial Capital S.A. vem gerenciando seus riscos, utilizando a abordagem básica na utilização de alocação de capital.

C) Risco de Mercado

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.464, o Banco CNH Industrial Capital S.A. define como risco de mercado a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de flutuações no mercado de posições detidas pelo Banco.

A Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado controla a variação do valor de mercado das posições mantidas pelo Banco e identifica, avalia, monitora e controla os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A.

As questões relacionadas ao Risco de Mercado são tratadas no Comitê de Funding o qual se reúne periodicamente e delibera sobre os assuntos pertinentes à: Captação, Risco de Mercado e Risco de Liquidez.

O atual modelo de negócio do Banco CNH Industrial Capital S.A. não inclui nem prevê o uso de instrumentos/operações financeiras relacionadas a ações e/ou mercadorias (commodities). As operações de derivativos contratadas pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. visam, exclusivamente, o hedge do descaimento de prazos e indexadores do balanço do Banco, conforme Política definida pela matriz do Grupo. As atribuições básicas na gestão de Risco de Mercado são: a) Monitorar e controlar a exposição a risco de mercado, conforme os limites estabelecidos nas políticas do Banco CNH Industrial Capital S.A.; b) Recomendar, quando aplicável, alterações às políticas de gestão de Risco de Mercado; c) Identificar previamente os riscos inerentes a novas atividades e produtos; e d) Realizar simulações de condições extremas de mercado.

D) Risco de Crédito

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.721, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui uma estrutura específica para a gestão do Risco de Crédito, a qual se reporta à Presidência e tem como missão, identificar, mitigar, controlar, mensurar e estimar as perdas associadas ao risco de crédito, através de um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos e processos vigentes, exigindo disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Faz parte da estrutura de gerenciamento do risco de crédito: a) equipe específica de Credit Risk Management; b) políticas de crédito alinhadas com as normas globais do Grupo; c) modelos (scores) para concessão e manutenção do crédito; e d) equipe underwriting especializada e alçadas diferenciadas para a avaliação de cada proposta.

Para o Banco CNH Industrial Capital S.A. é de suma importância minimizar o risco e, por consequência, manter as perdas de crédito em um nível aceitável. Para tanto, executamos periodicamente desenvolvimentos, processos, análises e controles sobre toda a nossa carteira de crédito, tanto para a carteira ativa quanto para novas concessões. Dessa forma, estamos adequados às exigências dos órgãos reguladores, garantindo assim a aderência às leis e regulamentos, com foco na Resolução nº 3.721 do Conselho Monetário Nacional.

E) Risco de Liquidez

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.090/2012, o Banco CNH Industrial Capital S.A. mantém uma estrutura de gestão de Risco de Liquidez, bem como níveis adequados e suficientes de liquidez compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e dimensão da sua exposição a esse risco. Para isso define Risco de Liquidez como:

I - a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Relativamente ao índice de Basileia, as instituições financeiras devem manter o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0% a 300%. Em 30 de junho de 2017, o índice de Basileia do Banco CNH Industrial Capital S.A. era de 17,85%, conforme demonstrativo de resumo de cálculo abaixo:

	Junho de 2017
Patrimônio de referência nível I	1.243.010,64
Capital principal	1.243.010,64
Patrimônio líquido	1.278.710,84
Ajustes prudenciais, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	(35.700,19)
Redução dos ativos diferidos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN	0,00
Redução dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	0,00
Patrimônio de referência de Nível II	0,00
Soma dos ganhos / perdas de ajustes a valor de mercado em DPV e derivativos, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	0,00
Dívida subordinada (3)	0,00
Dedução dos instrumentos de captação, conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN (2)	0,00
Patrimônio de referência (a)	1.243.010,64
Risco de crédito	6.278.002,34
Risco de mercado	31.783,79
Risco operacional	685.539,28
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (4)	6.995.325,41
Patrimônio de referência exigido (RWA)	6.963.541,62
- Índice de Basileia	17,85%
- Índice de Basileia Amplo (inclui RBAN)	17,76%
Capital nível I	17,85%
Capital principal	17,85%
Capital nível II	0,00%
RAZÃO DE ALAVANCAGEM (RA)	17,49%
Margem (PR - PRE - RBAN)	567.099,25
Adicional de Capital Principal Mínimo (CPMínimo)	174.088,54
Margem para verificação do Adicional de Capital Principal	567.099,25
Adicional de Conservação de Capital Principal	87.044,27
Adicional de Contracíclico de Capital Principal	87.044,27
Adicional de Sistêmico de Capital Principal	0,00
Margem sobre o Adicional de Capital Principal	393.010,71
Percentual de Restrição	0,00%

A) GERENCIAMENTO DE CAPITAL - Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988, o Banco CNH Industrial Capital S.A. possui estrutura para o gerenciamento de capital para: a) monitorar e controlar o capital mantido pela instituição; b) avaliar as necessidades de capital considerando riscos inerentes às atividades da instituição; e c) planejar as metas e a necessidade de capital, conforme objetivos estratégicos da Instituição.

As áreas responsáveis e envolvidas no acompanhamento e monitoramento dos itens inerentes à política e ao processo de Gerenciamento de Capital estão a seguir descritos: a) Diretoria Financeira: Responsável pelos processos e controles relativos à estrutura de Gerenciamento de Capital; b) FP&A: Responsável pela elaboração de projeções de Resultado e Balanço, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Banco, abrangendo o horizonte mínimo de três anos, bem como sua atualização anual; monitoramento e divulgação de impactos que possam alterar, significativamente, os cenários previamente estabelecidos, levantando possíveis riscos e/ou necessidade de revisão das estratégias contempladas no referido plano; d) Comitê de Funding: desenvolvido para discussões relacionadas ao processo de gerenciamento de Risco de Liquidez e de Mercado que envolve diretamente as áreas de Tesouraria, Presidência e Diretoria Financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. bem como a Fiat Chrysler Financials, empresa do grupo FCA responsável por acompanhamentos macroeconômicos e de operações financeiras. Este Comitê será responsável também por promover discussões acerca do gerenciamento de capital, bem como aprovar e promover premissas relacionadas ao cenário-base e ao teste de stress.

OUIDORIA - No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco CNH Industrial Capital S.A., atendendo ao disposto na Resolução nº 4.433, do Conselho Monetário Nacional, implantou sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na medição de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO - O Banco CNH Industrial Capital S.A. tem suas operações voltadas ao financiamento para aquisição de produtos da CNH Industrial. Dentro desse cenário, 58,07% do total do portfólio corresponde a operações do segmento agrícola, 9,75% ao segmento de construção e 10,08% ao segmento de veículos. O Banco CNH Industrial Capital S.A. também opera com o financiamento de estoque de concessionários, o que corresponde a 22,11% do portfólio.

Considerando a característica dos produtos financiados, a utilização de linhas de crédito do BNDES, representa 69,21% do total de financiamentos da carteira.

O resultado do semestre registrou um lucro, após a dedução da provisão para o imposto de renda e contribuição social, no valor de R\$ 80.857 milhões por lote de mil ações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é fundamentada na análise e classificação das operações em níveis de risco, sendo julgada, pela Administração, suficiente para a cobertura de eventuais perdas. Ao final do semestre, o saldo da provisão considerando honras e off book era de R\$ 375.632 milhões representando 5,66% do valor da carteira de operações de crédito.

Curitiba, 16 de agosto de 2017. **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

ATIVO				PASSIVO			
	Notas	2017	2016		Notas	2017	2016
CIRCULANTE		3.831.077	3.492.948	CIRCULANTE		1.939.218	1.571.651
Disponibilidades	4	16.583	13.318	Depósitos	9	251.934	25.980
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 e 5	595.660	635.013	Depósitos a prazo		251.934	25.980
Aplicações no mercado aberto		190.298	329.996	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	180.139	202.034
Aplicações em depósitos interfinanceiros		405.362	305.017	Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio		41.973	107.839
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	40	1.399	Obrigação por emissão de letras financeiras		138.166	94.195
Instrumentos financeiros derivativos		40	1.399	Obrigações por empréstimos e repasses	11	1.380.846	1.246.780
Operações de crédito	6.a	3.077.764	2.646.881	Repasses do País - instituições oficiais		1.380.846	1.246.780
Setor privado	6.c	3.328.410	2.845.993	Instrumentos financeiros derivativos	21	4.693	2.233
Provisão para perdas em operações de crédito		(250.646)	(199.112)	Outras obrigações		121.606	94.624
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(485)	(1.420)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		140	353
Operações de arrendamento a receber:				Sociais e estatutárias		4.523	3.978
Setor privado		14.647	21.736	Fiscais e previdenciárias	7.b	60.966	34.927
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(14.311)	(21.205)	Diversas	7.a	55.977	55.366
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(821)	(1.951)				
Outros créditos		126.977	162.248	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.863.305	3.929.883
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	993	2.172	Depósitos	9	508.487	591.300
Diversos	7.a	126.822	172.667	Depósitos a prazo		508.487	591.300
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(838)	(12.591)	Operações compromissadas	10	-	54.299
Outros valores e bens		14.538	35.509	Recursos de aceites e emissão de títulos	10	124.605	129.765
Outros valores e bens		20.008	39.361	Obrigação por emissão de letras de crédito do agronegócio		-	1.004
Provisão para desvalorizações		(6.736)	(5.628)	Obrigação por emissão de letras financeiras		124.605	128.761
Despesas antecipadas		1.266	1.776	Obrigações por empréstimos e repasses	11	3.176.084	3.105.359
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.381.222	3.344.616	Repasses do País - instituições oficiais		3.176.084	3.105.359
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	322	Instrumentos financeiros derivativos	21	-	1.616
Instrumentos financeiros derivativos	21	-	322	Outras obrigações		54.129	47.544
Operações de crédito	6.a	3.147.380	3.099.388	Fiscais e previdenciárias	7.b	5.402	8.178
Setor privado	6.c	3.268.427	3.243.076	Diversas	7.a	48.727	39.366
Provisão para perdas em operações de crédito		(121.047)	(143.688)				
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(436)	(689)	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		182.165	193.638
Operações de arrendamento a receber:				Resultados de exercícios futuros	12	182.165	193.638
Setor privado		12.181	19.028				
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(12.181)	(19.028)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.278.711	1.214.821
Provisão para perdas em operações de arrendamento mercantil		(436)	(689)	Capital - de domiciliados no exterior	14	885.597	885.597
Outros créditos		234.278	245.595	Capital - de domiciliados no País		5.986	5.986
Créditos por avais e fianças honrados	6.c	24	163	Reserva de capital		113.908	113.908
Diversos	7.a	234.255	245.438	Reserva de lucros		275.243	210.147
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.e	(1)	(6)	Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários		(2.023)	(817)
PERMANENTE		51.100	72.429	Total		7.263.399	6.909.993
Investimentos		2.713	583				
Participações em coligadas e controladas		2.033	-				
Outros investimentos		1.187	1.090				
Provisão para perdas		(507)	(507)				
Imobilizado de uso		3.843	2.290				
Outras imobilizações de uso		11.574	8.297				
Depreciações acumuladas		(7.731)	(6.007)				
Imobilizado de arrendamento	8.a	34.173	52.456				
Bens arrendados		63.125	89.623				
Superveniência de depreciação		12.005	18.174				
Depreciações acumuladas		(40.957)	(55.341)				
Diferido		-	2.233				
Gastos de organização e expansão		-	6.046				
Amortização acumulada		-	(3.813)				
Intangível	8.b	10.371	14.864				
Ativos intangíveis		29.289	28.201				
Amortização acumulada		(18.918)	(13.334)				
Total		7.263.399	6.909.993				

BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Notas	1º semestre de 2017	1º semestre de 2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		426.244	397.447
Operações de crédito	6.a	388.979	322.906
Operações de arrendamento mercantil	6.b	11.374	17.315
Operações com títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	5	28.176	51.417
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	21	(2.285)	(677)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		-	6.486
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(207.108)	(217.259)
Captações no mercado	9	(65.169)	(80.491)
Empréstimos, cessões e repasses	11	(82.101)	(56.181)
Operações de arrendamento mercantil	6.b	(8.910)	(14.077)
Provisão para perdas com créditos		(50.928)	(66.510)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		219.136	180.188
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(61.894)	(54.718)
Receitas de prestação de serviços		3.748	4.820
Despesas de pessoal		(23.488)	(21.607)
Outras despesas administrativas	15	(34.886)	(40.331)
Despesas tributárias		(11.955)	(11.366)
Resultado de participações em coligadas e controladas		1.934	-
Outras receitas operacionais	16	9.364	33.223
Outras despesas operacionais	17	(6.611)	(19.457)
RESULTADO OPERACIONAL		157.242	125.470
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(2.944)	(1.525)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E AS PARTICIPAÇÕES		154.298	123.945
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	(70.861)	(45.475)
Imposto de renda corrente		(43.578)	(28.074)
Contribuição social corrente		(34.730)	(22.460)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		7.447	5.059
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NO LUCRO		(2.580)	(2.444)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		80.857	76.026
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		90,69	85,27

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	1º semestre de 2017	1º semestre de 2016
1 - RECEITAS	393.418	369.188
Intermediação financeira	426.244	394.447
Prestação de serviços	3.748	4.820
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(50.928)	(66.510)
Outras receitas operacionais	8.431	33.223
Outras receitas não operacionais	3.990	208
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(156.180)	(150.749)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(44.721)	(57.626)
Materiais, energia e outros	(1.761)	(459)
Serviços de terceiros	(2.239)	(2.317)
Outras despesas administrativas	(27.176)	(33.660)
Outras despesas operacionais	(6.611)	(19.457)
Outras despesas não operacionais	(6.934)	(1.733)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 + 2 + 3)	191.517	160.813
5 - DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(3.187)	(3.223)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4 + 5)	188.330	157.590
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.934	-
8 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	190.264	157.590
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	22.034	20.537
Remuneração direta	18.037	17.213
Benefícios	2.619	2.057
F.G.T.S.	1.378	1.267
Impostos, taxas e contribuições	86.850	60.355
Federais	86.345	59.727
Estaduais	50	61
Municipais	455	567
Remuneração de capitais de terceiros	523	672
Aluguéis	523	672
Remuneração de capitais próprios	80.857	76.026
Juros sobre o capital próprio	-	67.991
Lucros retidos	80.857	8.035
Total	190.264	157.590

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	1º semestre de 2017	1º semestre de 2016	1º semestre de 2017	1º semestre de 2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido	80.857	76.026		
Ajustes ao lucro líquido	48.798	93.967		
Depreciações e amortizações	3.187	3.223		
Depreciação de arrendamento mercantil	8.425	11.471		
Superveniência de depreciação	1.200	2.251		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	50.928	66.510		
Provisão para desvalorização - bens não de uso	333	552		
Provisão para contingências	2.900	9.340		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.447)	(5.059)		
Aumento / (diminuição) em resultados de exercícios futuros	(10.477)	6.595		
Ajuste ao valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(251)	(916)		
Variação em ativos e passivos:	236.383	(128.198)		
Redução / (aumento) em títulos e valores mobiliários	1.424	4.432		
Redução / (aumento) em operações de crédito e de arrendamento	441.018	404.427		
Redução / (aumento) em outros créditos	5.495	2.109		
Redução / (aumento) em outros valores e bens	(1.981)	(71)		
Aumento / (redução) em depósitos	(79.796)	1.642		
Aumento / (redução) em obrigações por operações compromissadas	-	54.299		
Redução / (aumento) em imobilizado de arrendamento	219	(12.726)		
Redução em obrigações por empréstimos e repasses	(141.922)	(132.168)		
Aumento / (redução) em outras obrigações	20.048	(19.226)		
Redução em captação no mercado aberto	(8.122)	(430.916)		
Caixa líquido originado em atividades operacionais	366.038	41.795		
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Alienação / (aquisição) em imobilizado de uso	(2.083)	434		
Alienação / (aquisição) de bens não de uso próprio	7.331	50		
Alienação / (aquisição) de investimentos	(2.087)	(91)		
Aplicação / (baixa) no ativo diferido	2.126	121		
Aplicação / (baixa) no ativo intangível	(83)	(413)		
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	5.204	101		
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(67.991)		
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	-	(67.991)		
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	371.242	(26.095)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	241.001	674.426		
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	612.243	648.331		
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa	371.242	(26.095)		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Notas	Capital social realizado	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	Lucros / prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		891.583	113.908	202.112	99	-	1.207.702
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	(916)	-	(916)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	76.026	76.026
Destinações:							
Reserva legal		-	-	402	-	(402)	-
Reservas outras		-	-	7.633	-	(7.633)	-
Remuneração do capital próprio		-	-	-	-	(67.991)	(67.991)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016		891.583	113.908	210.147	(817)	-	1.214.821
Mutações do semestre:							
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		891.583	113.908	194.386	(1.772)	-	1.198.105
Ajuste ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	-	(251)	-	(251)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	80.857	80.857
Destinações:							
Reserva legal		-	-	4.043	-	(4.043)	-
Reservas outras		-	-	76.814	-	(76.814)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017		891.583	113.908	275.243	(2.023)	-	1.278.711
Mutações do semestre:							
		-	-	80.857	(251)	-	80.606

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco") foi constituído em 9 de novembro de 1998 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 4 de janeiro de 1999. As atividades operacionais tiveram início em 5 de abril de 1999. Em 20 de março de 2014, conforme aprovação do BACEN, o Banco teve sua denominação social alterada para Banco CNH Industrial Capital S.A.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil, passando a operar no repasse de linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME) a partir de abril de 1999. Atualmente, as operações do Banco são voltadas ao financiamento para a aquisição de produtos da CNH Industrial Brasil Ltda., através das linhas de financiamento da Agência Especial de Financiamento Industrial (BNDES FINAME), crédito ao consumidor - CDC, operações de arrendamento mercantil e empréstimo de capital de giro.

O Banco CNH Industrial Capital S.A. passou a financiar as operações da rede de concessionárias e clientes IVECO Latin America Ltda. ("IVECO"), em virtude de uma reorganização mundial das empresas da CNH Industrial, a partir de janeiro de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo BACEN.

A diretoria autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras em 18 de agosto de 2017.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- Pronunciamento conceitual básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação do Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- CPC 24 - Contabilização e Divulgação de Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução nº 3.973/11;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- CPC 33 - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução nº 4.424/15.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados "pro rata" dia.

b) Fluxo de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa o Banco utiliza o método indireto segundo o qual o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- (I) Das transações que não envolvem caixa;
- (II) De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
- (III) De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento/resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias a saber: títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado; títulos disponíveis para a venda - avaliados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e títulos mantidos até o vencimento - avaliados pela taxa intrínseca dos títulos em contrapartida ao resultado.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Conforme determinado na Circular BACEN nº 3.082/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de swap são avaliados e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas, na data do balanço a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização, conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - em conta de receita ou despesa no resultado do período.
- Instrumentos financeiros considerados como hedge - são classificados como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa.

f) Provisão para perdas em operações de crédito

A provisão para perdas em operações de crédito, avais e fianças e de arrendamento mercantil foi constituída com base na análise individual dos créditos a receber, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas. Adicionalmente, foi observado o conteúdo da Resolução CMN nº 3.749/2009, que estabelece critérios para a classificação de operações de crédito rural, objeto de renegociação.

g) Bens não de uso próprio

Está representado por bens não de uso próprio da Instituição, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustados por provisão para perda no valor recuperável, quando necessário.

h) Arrendamento mercantil

As depreciações sobre os bens arrendados são registradas, mensalmente, de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%, exceto para os contratos com pessoas físicas, que são depreciados de acordo com os prazos normais e com a legislação fiscal vigente.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a conta de "Valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil.

Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença apurada entre o valor contábil de arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são registrados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e, quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

i) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto de bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e registrado pelo custo de aquisição. Está composto por direito de uso de linha de negócios adquiridos junto a terceiros, com amortização linear e de acordo com o prazo previsto em contrato de cinco anos.

j) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de "Outros valores e bens" e de "Outros créditos - créditos tributários" são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

k) Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos "pro rata temporis".

l) Contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/2009, do CMN que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

m) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre). A contribuição social é calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 20% para 2016 e 2017.

O Banco registra imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, e estão apresentadas nas rubricas "Outros créditos - diversos" e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" e refletidos no resultado do exercício. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

n) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

o) Resultado de exercícios futuros

Referem-se às receitas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros, sendo que já devem ser deduzidas dos custos e despesas correspondentes, incorridos ou a incorrer, incluindo rendimentos não restituíveis. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos "pro rata" dia.

p) Lucro líquido por lote de mil ações

O lucro líquido por lote de mil ações foi calculado com base no número de ações em circulação na data-base de 30 de junho de 2017.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016
Disponibilidades.....	16.583	13.318
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5).....	595.660	635.013
Total	612.243	648.331

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Título	2017		2016	
	Circulante até 3 meses	Total	Circulante até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	405.362	405.362	305.017	305.017
Operações compromissadas.....	190.298	240.840	329.996	329.996
Total	595.660	595.660	635.013	635.013

Em 30 de junho de 2017, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários, no montante de R\$ 28.176 (R\$ 51.417 em 2016).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) A carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

	2017	2016
Circulante		
Repases no País - BNDES FINAME.....	1.504.586	1.389.418
Empréstimos e financiamentos.....	1.823.824	1.456.575
Provisão para perdas em operações de crédito.....	(250.646)	(199.112)
Subtotal.....	<u>3.077.764</u>	<u>2.646.881</u>
Realizável a longo prazo		
Repases no País - BNDES FINAME.....	3.070.916	3.019.553
Empréstimos e financiamentos.....	197.511	223.523
Provisão para perdas em operações de crédito.....	(121.047)	(143.688)
Subtotal.....	<u>3.147.380</u>	<u>3.099.388</u>
Total	<u>6.225.144</u>	<u>5.746.269</u>

Em 30 de junho de 2017, o Banco apurou receitas com operações de crédito no montante de R\$ 388.979 (R\$ 322.906 em 2016).

b) A carteira de arrendamento mercantil está composta da seguinte forma:

	2017	2016
Arrendamentos a receber.....	26.828	40.764
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil.....	(26.492)	(40.233)
Bens arrendados (Nota 8.a).....	60.410	89.623
Superveniência e depreciação (Nota 8.a).....	12.005	18.174
Depreciação acumulada de bens arrendados (Nota 8.a).....	(38.459)	(55.341)
Perda em arrendamento a amortizar.....	2.715	2.611
Amortização acumulada do diferido.....	(2.498)	(2.519)
Credores por antecipação de valores residuais (Nota 7.a).....	(11.325)	(17.547)
Total	<u>23.184</u>	<u>35.532</u>

Em 30 de junho de 2017, o Banco apurou receitas com arrendamento mercantil no montante de R\$ 11.374 (R\$ 17.315 em 2016) e despesas com arrendamento mercantil no montante de R\$ 8.910 (R\$ 14.077 em 2016). O Banco registrou provisão para perdas no montante de R\$ 1.257 (R\$ 2.640 em 2016).

c) A composição da carteira de operações de crédito, de arrendamento mercantil, devedores por compra de valores e bens e avais e fianças honrados, por tipo de cliente e atividade econômica é como segue:

	2017	2016
SETOR PRIVADO		
Rural.....	3.737.380	3.391.805
Comércio.....	1.095.629	885.087
Serviços.....	1.430.040	1.263.527
Pessoa física.....	357.989	671.194
Total da carteira	<u>6.621.038</u>	<u>6.211.613</u>
CIRCULANTE		
Operações de crédito.....	3.180.843	2.845.993
Valor presente das operações de arrendamento mercantil.....	12.657	18.946
Devedores por compra de valores e bens.....	147.567	84.581
Créditos por avais e fianças honrados.....	993	2.172
Subtotal.....	<u>3.342.060</u>	<u>2.951.692</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Operações de crédito.....	3.268.427	3.243.076
Valor presente das operações de arrendamento mercantil.....	10.527	16.586
Devedores por compra de valores e bens.....	-	96
Créditos por avais e fianças honrados.....	24	163
Subtotal.....	<u>3.278.978</u>	<u>3.259.921</u>
Total da carteira	<u>6.621.038</u>	<u>6.211.613</u>

d) Apresentação da carteira de operações de crédito, arrendamento mercantil, devedores por compra de outros valores e bens e avais e fianças honrados, de acordo com os níveis de risco:

Nível de risco	2017				2016			
	Em curso normal		Vencidos		Total		Total	
	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA.....	823.019	-	-	-	823.019	-	723.440	-
A.....	2.007.735	10.039	-	-	2.007.735	10.039	2.117.135	10.586
B.....	1.576.623	15.766	47.467	475	1.624.090	16.241	1.296.593	12.966
C.....	961.017	28.831	115.834	3.475	1.076.851	32.306	975.387	29.262
D.....	696.975	69.697	109.493	10.949	806.467	80.647	807.603	80.760
E.....	13.787	4.136	11.385	3.416	25.172	7.552	23.074	6.922
F.....	6.241	3.120	31.256	15.628	37.497	18.748	87.583	43.791
G.....	9.151	6.406	30.683	21.479	39.835	27.885	23.494	16.446
H.....	36.471	36.471	143.901	143.901	180.372	180.372	157.304	157.304
Total	<u>6.131.019</u>	<u>174.466</u>	<u>490.019</u>	<u>199.323</u>	<u>6.621.038</u>	<u>373.789</u>	<u>6.211.613</u>	<u>358.037</u>

A tabela abaixo contempla as provisões de garantias prestadas registradas em conta de compensação "Garantias prestadas - em curso normal", cuja provisão para perdas está registrada no passivo na rubrica de "Outras obrigações", como segue:

Nível de risco	Garantias prestadas - em curso normal - FINAME BNDES			
	2017		2016	
	Operações	Provisões	Operações	Provisões
AA.....	2.659	-	7.366	-
A.....	6.607	33	22.559	113
B.....	3.767	38	10.511	105
C.....	3.490	105	7.137	214
D.....	1.018	102	2.540	254
E.....	90	26	-	-
F.....	280	139	-	-
G.....	-	-	128	90
H.....	1.400	1.400	1.825	1.825
Total	<u>19.311</u>	<u>1.843</u>	<u>52.066</u>	<u>2.601</u>

e) Provisão para garantias prestadas

O Banco é responsável por recomprar parcelas vencidas e contratos de repasse BNDES FINAME não honrados, conforme contratos de convênios firmados junto a outras instituições financeiras. Em 30 de junho de 2017, as coobrigações e riscos com garantias prestadas pelo Banco montavam R\$ 19.311 (R\$ 52.066 em 2016). O valor total das garantias prestadas recompradas referentes a essas operações de repasse vencidas montavam R\$ 1.017 em 30 de junho de 2017 (R\$ 2.366 em 2016), e estão registradas na conta de "Créditos por avais e fianças honradas". Em 30 de junho de 2017, o Banco possui provisão no montante de R\$ 1.843 (R\$ 2.601 em 2016), registrada no passivo na conta "Provisão para passivos contingentes" referente às garantias prestadas em curso normal e R\$ 1.419 (R\$ 12.597 em 2016), registrada no ativo na conta "Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa", referente às garantias já honradas.

BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**f) Movimentação da provisão para perdas com crédito**

A movimentação da provisão para perdas com créditos, a qual inclui, além das operações de crédito, as operações de arrendamento mercantil, é como segue:

	1º semestre de 2017		1º semestre de 2016	
	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas	Provisão para convênios de financiamento BNDES FINAME	Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e avais e fianças prestadas
Saldo no início do período	2.322	403.575	1.981	352.820
Complemento reversão da provisão para perdas com créditos	(479)	51.406	620	65.890
Parcela utilizada (compensação como prejuízo)	-	(81.193)	-	(60.673)
Saldo final	1.843	373.788	2.601	358.037

Os créditos recuperados no semestre somaram R\$ 32.470 (R\$ 25.235 em 2016) e os créditos renegociados somaram R\$ 16.873 (R\$ 14.928 em 2016).

7. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES**a) Diversos**

	2017	2016
Outros créditos - Circulante		
Títulos e créditos a receber	-	84.581
Créditos tributários (Nota 13.c)	88.995	44.704
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 18) (a)	12.082	21.188
Imposto a compensar	14.497	13.488
Outros	11.248	8.706
Total	126.822	172.667
Outros créditos - Longo prazo		
Créditos tributários (Nota 13.c)	227.743	238.752
Devedores de depósito em garantia	6.512	6.950
Títulos e créditos a receber	-	96
Total	234.255	245.438
Outras obrigações - Circulante		
Valores a pagar - sociedades ligadas	1.527	2.850
Credores por antecipação de valor residual em garantia	6.183	9.356
Parcelas recebidas e não baixadas (b)	23.479	19.245
Valores a pagar - convênios (Nota 6.f)	1.776	1.638
Provisão para pagamentos a efetuar	5.434	6.365
Despesas de pessoal	7.397	5.480
Outras despesas administrativas	10.181	10.432
Total	55.977	55.366
Outras obrigações - Longo prazo		
Provisão para passivos trabalhistas (Nota 20)	11.746	11.630
Provisão para passivos cíveis (Nota 20)	6.865	8.429
Provisão para passivos fiscais (Nota 20) (c)	24.907	10.153
Credores por antecipação de valor residual de garantia	5.142	8.191
Valores a pagar - convênios (Nota 6.f)	67	963
Total	48.727	39.366

b) Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Fiscais e previdenciárias - Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	60.966	34.927
Total	60.966	34.927
Fiscais e previdenciárias - Longo prazo		
Provisão para impostos diferidos (Nota 13.b)	5.402	8.178
Total	5.402	8.178

- (a) Referente à compra pelo Banco CNH Industrial Capital S.A. de créditos de titularidade de empresas não financeiras do Grupo CNH Industrial, sem coobrigação do cedente.
(b) O Banco recebeu dos clientes parcelas de pagamento de operações de crédito que foram identificadas e não baixadas, contabilmente, até o encerramento do balanço em 30 de junho de 2017. Tais parcelas são baixadas no mês subsequente em até cinco dias úteis.
(c) Transferência de saldo entre contas, conforme Circular nº 3.782 de 19 de setembro de 2016.

8. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO E INTANGÍVEL**a) Imobilizado**

	2017	2016
Veículos e afins (Nota 6.b)	60.410	89.623
Superveniência de depreciação (Nota 6.b)	12.005	18.174
Depreciação acumulada (Nota 6.b)	(38.459)	(55.341)
Perdas em arrendamento a amortizar	2.715	-
Amortização acumulada do diferido	(2.498)	-
Total	34.173	52.456

Movimentação da superveniência de depreciação

	2017	2016
Saldo inicial	14.290	21.628
Superveniência / (insuficiência) de depreciação do período	515	(2.251)
Prejuízo do período	(2.800)	(1.203)
Saldo final	12.005	18.174

No exercício findo em 30 de junho de 2017, foram registrados R\$ 514 de superveniência de depreciação (R\$ 2.251 de insuficiência de depreciação em 2016) em contrapartida de receitas de operação de arrendamento mercantil. O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

b) Intangível

	2017	2016
Intangível	29.289	28.201
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis	(18.918)	(13.334)
Total	10.371	14.867

Movimentação da amortização

	2017	2016
Saldo inicial	(16.089)	(8.335)
Amortização do período	(2.829)	(4.999)
Saldo final	(18.918)	(13.334)

Em 30 de dezembro de 2013, foi firmado entre o Banco Fidis S.A. e o Banco CNH Industrial Capital S.A. com anuência da Iveco Latin America Ltda., Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações, o qual transfere o direito de uso de linha de negócios pelo Fidis ao Banco CNH Industrial Capital S.A., para prestação de serviços financeiros aos Clientes Finais, Concessionários e à Iveco. O valor da operação está sendo amortizado em cinco anos com o prazo contratual correspondendo à taxa de 20% ao ano.

9. DEPÓSITOS

Título	2017				Total	2016
	Circulante		Exigível a longo prazo			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos		
CDB*	37.949	213.986	348.754	159.733	760.422	617.280
Total	37.949	213.986	348.754	159.733	760.422	617.280

(*) A taxa média verificada para as operações de depósitos a prazo no semestre foi de 97,62% do CDI (97,53% em 2016).

(*) Em 30 de junho de 2017, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado no montante de R\$ 65.169 (R\$ 80.491 em 2016).

10. RECURSOS DE ACEITES CAMBIAIS, LETRAS IMOBILIÁRIAS E HIPOTECÁRIAS, DEBÊNTURES E SIMILARES

Título	2017			Total	2016
	Circulante		Exigível a longo prazo		
LCA	41.973	-	-	41.973	108.843
LF	138.166	-	124.605	262.771	222.956
NTN	-	-	-	-	54.299
Total	180.139	-	124.605	304.744	386.098

A taxa média verificada para as operações de aceites cambiais no ano foi de 107,50% do CDI (97,50% em 2016).

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES - INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Em 30 de junho de 2017, o saldo de R\$ 1.380.846 e R\$ 3.176.084 no circulante e não circulante, respectivamente (R\$ 1.246.780 e R\$ 3.105.359 em 2016) referem-se a repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (modalidade BNDES FINAME), com vencimentos até 2024 e com encargos à taxa prefixada entre 1,5% e 11,00% ao ano ou pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de juros entre 1,0% e 3,0% ao ano.

Em 30 de junho de 2017, o Banco apurou uma despesa com empréstimo e repasse no montante de R\$ 82.101 (R\$ 56.181 em 2016).

12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Representados por R\$ 182.165 em 30 de junho de 2017 (R\$ 193.638 em 2016), referem-se às receitas de juros recebidas antecipadamente, oriundas substancialmente da parte relacionada à CNH Industrial Capital S.A. e sua rede de concessionárias, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado, conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do resultado de IRPJ e CSLL**

	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social e após as participações	151.718	121.501
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas nominais de 25% e 20%, respectivamente	(68.273)	(54.675)
Efeito das exclusões (adições) permanentes / temporárias:	(2.588)	9.200
Efeito de outra adição / exclusão do semestre	568	(79)
Efeito da adição de juros sobre o capital próprio	-	(10.199)
Aumento diferido	(3.156)	(11.118)
Efeito de juros sobre o capital próprio	-	30.596
Imposto de renda e contribuição social devidos sobre diferido	(70.861)	(45.475)

b) Composição dos créditos tributários de IRPJ e CSLL diferidos

Descrição	2017	2016
Provisão para perdas com créditos (a)	237.781	205.532
Provisão para perdas com Cédula de Crédito Rural (CPR)	1.060	1.060
Provisão para contingências	5.387	5.335
Provisão para desvalorização de bens não de uso	3.031	2.533
COFINS Lei nº 9.718	71.701	59.937
Outros	(2.222)	9.059
Total do crédito tributário	316.738	283.456
Imposto de renda diferido passivo sobre superveniência de depreciação	(5.402)	(8.178)
Subtotal	(5.402)	(8.178)
Créditos tributários - líquidos	311.336	275.278

(a) O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social sobre a provisão para créditos e liquidação duvidosa sobre os contratos de operações de crédito e de arrendamento financeiro é composto, basicamente, por parte da provisão existente de R\$ 237.781 acrescida dos créditos baixados para prejuízo que ainda não atendem aos critérios de dedutibilidade estabelecidos pela Lei nº 9.430/96.

c) Expectativa de realização dos créditos tributários

Considerando as expectativas de resultados futuros, determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, a manutenção do nível de operações e o atual cenário econômico, a Administração considera que os créditos tributários registrados em 30 de junho de 2017, atendem aos requerimentos dados pela Resolução nº 3.059/02 e Resolução nº 3.355/06 do CMN (Conselho Monetário Nacional) e serão realizados nos seguintes prazos:

Ano	2017	2016
2016	-	22.352
2017	26.577	44.704
2018	124.836	104.641
2019	47.233	44.703
2020	47.233	44.704
2021	47.233	22.352
2022	23.626	-
Total	316.738	283.456

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, considerando a taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários, é de R\$ 249.216 (R\$ 183.231 em 2016).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado está representado por 891.582.770 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo 885.596.683 ações pertencentes à CNH Industrial N.V. com sede na Holanda, e 5.986.087 ações da CNH Industrial Latin America Ltda. A distribuição de dividendos está sujeita à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

b) Reserva de capital

A reserva de capital é decorrente, substancialmente, de ágio na subscrição de ações, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital social.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros refere-se ao lucro remanescente após a constituição da reserva legal, permanecendo nesta condição até que o Conselho de Administração delibere por sua destinação definitiva, em conformidade com as disposições estatutárias. Em 30 de junho de 2017, foi constituída reserva de lucros no montante de R\$ 80.857, com utilização do lucro líquido do semestre. Ademais, houve constituição de reserva legal de 5% sobre o lucro, no montante de R\$ 4.043.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social.

Para a remuneração do capital aos seus acionistas, o Banco adota como prática distribuir dividendos ou pagar juros sobre capital próprio condizente com o resultado apurado no exercício.

BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Despesas de serviços técnicos especializados (a)	(7.486)	(8.336)
Despesas de serviços de terceiros (b)	(3.152)	(3.490)
Despesas de processamento de dados	(1.452)	(2.498)
Despesas de emolumentos judiciais e cartoriais	(2.991)	(3.151)
Despesas de viagens e transportes	(1.070)	(1.207)
Despesas de promoções e publicidade (c)	(9.024)	(12.585)
Despesa de serviço do sistema financeiro	(1.844)	(1.903)
Despesas de amortização e depreciação	(3.187)	(3.223)
Despesas de comunicações	(97)	(375)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(1.747)	(417)
Outras despesas administrativas	(2.836)	(3.146)
Total	(34.886)	(40.331)

- (a) Referem-se substancialmente a serviços de assessores jurídicos, no montante de R\$ 4.004 (R\$ 5.037 em 2016).
(b) Referem-se substancialmente a serviços de cobrança, no montante de R\$ 2.103 (R\$ 2.628 em 2016), utilização de serviços técnicos de contabilidade, impostos, serviços financeiros e serviços de análise de crédito R\$ 1.049 (R\$ 862 em 2016) e outros prestadores de serviços.
(c) Referem-se substancialmente a serviços de promoções e relações públicas, no montante de R\$ 7.758 (R\$ 11.500 em 2016) e outros prestadores de serviços, no montante de R\$ 1.266 (R\$ 1.026 em 2016).

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Outras rendas operacionais	3.800	3.173
Recuperação de encargos e despesas	5.564	30.050
Total	9.364	33.223

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Despesas de fianças bancárias (a)	(1.797)	(3.617)
Despesas com provisão para contingências (b)	(2.900)	(9.341)
Despesas descontos concedidos em renegociações (b)	(59)	(6)
Despesas de vistorias de bens financiados	(717)	(692)
Despesas de comissões	(192)	(173)
Outras despesas operacionais	(946)	(5.628)
Total	(6.611)	(19.457)

- (a) O valor refere-se a despesas com fiança bancária garantidora das operações com o BNDES.
(b) O valor refere-se a despesas com provisões para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração), e os saldos são assim resumidos:

	1º semestre de 2017		1º semestre de 2016	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Depósitos (CDB e LCA)	(2.719)	(1.551)	(738)	(5.574)
Fiat Chrysler Automóveis Brasil Ltda.	(433)	(3)	(384)	(4)
Fiat Chrysler Participações Brasil S.A.	(341)	-	(302)	(3)
CNH Industrial Brasil Ltda.	(202)	(2)	(39)	-
Iveco Latin América Ltda.	-	(15)	-	-
CNH Industrial Capital Corretora de Seguros Ltda.	(1.729)	-	-	(886)
Demais empresas	(14)	(3)	(13)	(1)
CNH Industrial N.V.	-	(1.527)	-	(4.680)
Serviços prestados	(322)	1.838	(342)	1.880
Fiat Chrysler Finanças Brasil Ltda.	(280)	1.706	(280)	1.706
Fiat Chrysler Participações Brasil S.A.	(42)	132	(62)	174
Outros créditos e obrigações	13.609	8.179	18.338	7.785
CNH Industrial N.V.	1.527	(1.527)	(2.850)	(2.850)
CNH Industrial Brasil Ltda.	12.082	9.706	21.188	10.635

19. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para cada exercício, bem como pela remuneração variável, provisionada e paga em cada exercício e totalizaram no semestre R\$ 1.899 (R\$ 1.098 em 2016).

20. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

O Banco questiona judicialmente certas contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Com base no atual estágio dos referidos processos, na avaliação da Administração e na opinião de seus assessores jurídicos, foram registradas as provisões em montantes considerados suficientes pela Administração, na rubrica de "Outras obrigações fiscais e previdenciárias - provisões para contingências fiscais" no montante de R\$ 24.907 (R\$ 10.153 em 2016), na rubrica de "Outras obrigações - provisões para contingências cíveis" no montante de R\$ 6.866 (R\$ 8.429 em 2016) e "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias - provisão para contingências trabalhistas", no montante de R\$ 11.746 (R\$ 11.631 em 2016).

Provisões para contingências fiscais

O Banco CNH Industrial Capital S.A. vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. As principais ações referem-se a:

- O Banco possui provisionado o montante de R\$ 24.907 decorrentes de ação em que pleiteia restituição da COFINS (Lei nº 9.718/98, artigo 3º). A avaliação dos assessores legais do Banco resultou em uma provável perda.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizam R\$ 57.488, sendo o seguinte processo:

Pagamento de juros sobre o capital próprio. A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração sobre a glosa dos juros sobre o capital próprio dos anos-calendários de 2010, 2011 e 2012 lançados no ano-calendário de 2013. O Banco apresentou tempestivamente defesa administrativa, a qual está pendente de decisão.

Provisões para contingências trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 11.746 (R\$ 11.631 em 2016) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências trabalhistas".

Provisões para contingências cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral, referentes a protesto e inserção de informação sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito.

As ações são controladas individualmente e as provisões no montante de R\$ 6.866 (R\$ 8.429 em 2016) encontram-se registradas na rubrica de "Outras obrigações - diversos - provisão para contingências cíveis".

Movimentação das provisões

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo final em 31/12/2016	26.783	10.251	7.238	44.272
Constituição / Reversão	(1.893)	2.030	(67)	70
Atualização monetária	17	-	-	17
Baixas por pagamento	-	(535)	(306)	(841)
Saldo final em 30/06/2017	24.907	11.746	6.866	43.519

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos relacionados aos negócios são risco de crédito, de mercado, de liquidez e risco operacional, abaixo definidos:

- (a) **Risco de crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados.
(b) **Risco de mercado:** relacionado às flutuações de preços e taxas, ou seja, às oscilações de mercados de taxas de juros dentro do país, que geram reflexos nos preços dos ativos e passivos negociados nos mercados.
(c) **Risco de liquidez:** relacionado ao descaimento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira do Banco, em obter recursos para honrar seus compromissos.

Visando à eliminação de parte do risco de oscilações de taxas de juros ocasionadas, em virtude de um cenário macroeconômico instável, evitando assumir posições expostas a flutuações nas taxas de captação pós-fixadas e operando com aplicações (operações de crédito) com taxas prefixadas, o Banco realizou operações de *swaps* que permitem o controle e/ou manutenção dos *spreads* esperados nas referidas operações.

Os contratos de *swaps*, firmados com outras instituições financeiras, estão registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

a) Instrumentos financeiros derivativos (swap)

	2017			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de <i>swaps</i>				
Ativos DI x Passivos Pré (*)	270.002	(975)	(4.653)	(3.678)
Total	270.002	(975)	(4.653)	(3.678)

	2016			
	Valor referencial (contas de compensação)	Valor líquido a receber (a pagar)	Valor de mercado	Ajuste ao valor de mercado
Contratos de <i>swaps</i>				
Ativos DI x Passivos Pré (*)	296.297	(644)	(2.128)	(1.484)
Total	296.297	(644)	(2.128)	(1.484)

(*) Instrumento financeiro classificado como *hedge* de fluxo de caixa, tendo a variação da marcação de mercado contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

O valor líquido estimado dos ganhos e das perdas registrados na conta da "Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos" no patrimônio líquido, bem como o reflexo financeiro das principais transações e compromissos futuros objeto de *hedge* possuem as seguintes faixas de vencimento:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:				
30/06/2017	(4.169)	(484)	-	(4.653)
30/06/2016	(1.095)	(1.033)	-	(2.128)

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de *hedge*.

O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas prefixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuro associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contratou operações de "swap" de taxas de juros em que é pago o valor nominal corrigido por uma taxa de juros fixa e recebe o valor nominal corrigido por uma taxa de juros variável mitigando, assim, risco de taxa de juros do item objeto de *hedge*. Dessa forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de "swap" visam realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do item objeto de *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável é apropriada diretamente ao resultado.

Os controles de risco e exposição utilizam como instrumento a análise de "duration gaps" e "interest rate" e o VAR ("value at risk"). Quando o *gap* ultrapassa os limites definidos na Política de Gestão de Risco de Taxas de Juros adotada pelas empresas do Grupo Fiat Industrial, novas operações de derivativos são contratadas e/ou revertidas. O acompanhamento sobre os indexadores e seus volumes é realizado diariamente, visando enquadramento na política de risco de mercado adotada pelo Banco.

Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balancetes mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo destes instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como *hedge* de fluxo de caixa.

b) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários

A seguir são apresentadas as movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituídos no patrimônio líquido:

	2017	2016
Saldo da reserva do valor justo no final do semestre	(3.678)	(1.484)
Efeitos de imposto de renda e contribuição social	1.655	667
Ajuste de avaliação patrimonial	(2.023)	(817)

As perdas lançadas no resultado decorrem da liquidação das operações de instrumentos financeiros, e não pela ausência de efetividade do instrumento de *hedge* no intervalo estabelecido na política de proteção do Banco.

c) Resumo das operações de swap em aberto na data de 30 de junho de 2017

Descrição	Valor referencial	Valor justo
Posição ativa - hedge de fluxo de caixa		
Taxa 100,00% CDI	75.000	76.911
Taxa 102,00% CDI	116.000	129.967
Taxa 107,50% CDI	3.000	4.554
Taxa 108,00% CDI	70.500	84.848
Taxa 110,00% CDI	4.959	7.683
Taxa 115,00% CDI	543	898
Total	270.002	304.861
Posição passiva - hedge de fluxo de caixa		
Taxa pré	270.002	309.514
Total	270.002	309.514
Diferencial - hedge de fluxo de caixa		(4.653)
Valor de mercado líquido		(4.653)

22. LIMITES OPERACIONAIS

O CMN (Conselho Monetário Nacional), através da Resolução nº 3.490/07, instituiu a forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com efeito, a partir de 1º de julho de 2008. O Índice da Basileia para 30 de junho de 2017 é 17,85% (18,20% em 2016).

DIRETORIA				CHEFE DE CONTABILIDADE			
CARLO ALBERTO SISTO Diretor-Presidente		HEBERSON GOES Diretor		JUCIVALDO FEITOSA Diretor		ANDERSON LODOVICO CRC PR 045.454/O-6 - CPF 004.082.939-18	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				CONTADORA			
CLEDORVINO BELINI Presidente	ODDONE INCISA Conselheiro	VILMAR FISTAROL Conselheiro	CARLO ALBERTO SISTO Conselheiro	GILSON CARVALHO Conselheiro	BIANCA BELOTTI Conselheira	CRISTINA SCATOLIN QUIRINO CRC PR 055.349/O-4 - CPF 006.780.869-74	
COMITÊ DE AUDITORIA				COMITÊ DE REMUNERAÇÃO			
HEBERSON GOES Presidente		CARLO ALBERTO SISTO Membro		JUCIVALDO FEITOSA Membro		TELMA CRACCO Coordenadora	
				CARLO ALBERTO SISTO Membro		ANDREA CHUEIRI Membro	

BANCO CNH CAPITAL S.A.

CNPJ 02.992.446/0001-75

Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 11.825
Curitiba - PR - Brasil
Fone: (0xx41) 2107-7035
Fax: (0xx41) 2107-7540

**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA****Introdução**

O Comitê de Auditoria do Banco CNH Industrial Capital S.A., composto por 03 membros nomeados pelo Conselho de Administração, é o órgão estatutário responsável por (i) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas das principais áreas do Banco, da auditoria interna e auditoria independente.

A área contábil do Banco CNH Industrial Capital S.A. é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

O componente organizacional da auditoria interna é responsável por identificar e avaliar os principais riscos a que está exposto o Banco CNH Industrial Capital S.A. em suas operações, bem como analisar os controles utilizados na mitigação desses riscos. É de sua competência, também, verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem as operações auditadas.

A área de Controles Internos garante adequado ambiente de Controles Internos na organização e as de Compliance e BNDES e Produtos acompanham a publicação de normas para avaliar possíveis desdobramentos para a Instituição.

O Componente de Ouvidoria atua de forma a assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e como canal de comunicação entre a Instituição e os clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos.

A Ernst & Young Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A., e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Atividades

Neste semestre foram realizadas reuniões obedecendo a um cronograma previamente estabelecido com a participação de representantes das áreas financeira/contábil, gestão de riscos, controles internos e compliance, auditorias interna e independente. Os assuntos tratados nas reuniões foram registrados em atas, e fazem parte deste relatório em sua versão completa.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados aos sistemas de controles internos, aspectos contábeis, provisões, contingências, processos de gestão de riscos e de capital, além de recomendações emitidas pelas auditorias interna e independente. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as equipes de auditorias interna e independente, oportunidades em que verificou o cumprimento dos seus planejamentos, conheceu o resultado dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações.

O Comitê de Auditoria revisou os Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas e discutiu com a Auditoria Independente os resultados de seus trabalhos.

Conclusão

Assim, com base nas informações recebidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e à complexidade dos negócios do Banco CNH Industrial Capital S.A. e objeto de permanente atenção por parte da Administração;

A Auditoria Interna é efetiva, independente e responde adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria;

A Auditoria Independente é efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência;

As demonstrações contábeis de 30/06/2017 do Banco CNH Industrial Capital S.A. foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por estas razões o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras.

Curitiba, 16 de agosto de 2017.

Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco CNH Industrial Capital S.A. - Curitiba - Paraná

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CNH Industrial Capital S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação referida no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CNH Industrial Capital S.A. em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota Explicativa nº 8). Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, mas resultam na adequada apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, elaboradas sob responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação nas demonstrações financeiras está sendo apresentada de forma voluntária pelo Banco, uma vez que não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo (SP), 18 de agosto de 2017.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6

Eduardo Wellichen
Contador CRC - 1SP184050/O-6

www.bancocnh.com.br**MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL
ESTADO DO PARANÁ****AVISO**

O Município de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, leva ao conhecimento das interessadas que em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93, com redação alterada pela Lei Federal n.º 8.883/94, e alterações posteriores, encontra-se aberta a Licitação abaixo:

TOMADA DE PREÇOS N.º 003/2017 - P.M.S.M.S.

OBJETO: Contratação para execução de serviços de engenharia, através de empreitada por preço global, de melhorias e reforma, sem ampliação de área, a serem realizadas em prédio público, denominado Banheiro da Praça da Matriz, prédio este, cuja área aproximada é de 15,38 m² (quinze metros quadrados e trinta e oito centímetros quadrados), constituídas dos seguintes serviços: substituição de revestimento cerâmico de piso e parede; melhorias nas instalações hidrossanitárias, pintura, etc.

TIPO DA LICITAÇÃO: "Menor Valor Global".

DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 11/09/2017 a partir das 14:10 horas.

A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos e modelo, encontra-se disponível às empresas interessadas no site do Município de São Mateus do Sul: www.saomateusdosul.pr.gov.br, local: link "Licitações".

São Mateus do Sul, 17 de agosto de 2017.

Julian Wroblewski
Presidente da Comissão de Licitação

A melhor relação
centímetro / coluna
ou se você preferir
custo / benefício em
publicidade legal



PUBLICIDADE LEGAL
3350.6620
WWW.BEMPARANA.COM.BR/PUBLICIDADE_LEGAL

BEM PARANÁ
O JORNAL DO ESTADO